

- economia solidária e segurança alimentar;
- Que valorize a agricultura familiar, a reforma agrária e a permanência da juventude no campo;
 - Que reconheça e proteja os direitos e os territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;
 - Que enfrente o racismo, as desigualdades sociais e toda forma de discriminação;
 - Que fortaleça a democracia, a participação popular e o controle social das políticas públicas;
 - Que coloque a vida acima dos interesses econômicos e do lucro.

Em muitas comunidades do nosso Estado, já florescem sinais desse Rio Grande que sonhamos: experiências de economia solidária, agricultura familiar, organização comunitária, iniciativas de cuidado, educação popular e defesa dos territórios demonstram que outro caminho já está sendo construído pelo próprio povo.

SEJA SUJEITO/A DA POLÍTICA!

A Constituição Estadual é uma importante referência para as lutas do povo gaúcho. Mas ela não se realiza por si mesma. Os direitos nela inscritos se tornam realidade somente quando a população permanece organizada, mobilizada e vigilante na defesa da democracia, da justiça social e do bem comum.

Por isso, convidamos cada cidadã e cidadão a assumir sua condição de sujeito político. Dialogue com sua comunidade, participe dos espaços públicos, acompanhe as decisões dos governantes, questione candidaturas e partidos e cobre o cumprimento dos direitos previstos na Constituição. Construamos juntos um Rio Grande do Sul onde o que mais

- floresça seja a vida, a justiça, a solidariedade e a participação popular.
- O Rio Grande do Sul que sonhamos não será obra de poucos, mas da participação, da solidariedade e do compromisso cotidiano de seu povo com a construção do bem comum.
- Assinam este manifesto (adesão inicial):
- Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora – CNBB Sul 3
 - Cáritas Regional Rio Grande do Sul
 - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
 - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
 - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)
 - Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
 - Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
 - União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
 - Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN)
 - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
 - Levante Popular da Juventude
 - Central Única dos Trabalhadores (CUT)
 - Jubileu Sul Brasil
 - Emancipa
 - Grito dos Excluídos Continental
 - Defensoria Periférica
 - Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
 - Representações dos Povos Indígenas
 - Pastorais Sociais da CNBB Sul 3
- “Manifesto ABERTO à adesão de outras pastorais, movimentos sociais, organizações populares e entidades da sociedade civil comprometidas com a democracia, a justiça social e o cuidado da Casa Comum.”



COMISSÃO EPISCOPAL
PASTORAL PARA A AÇÃO
SOCIOTRANSFORMADORA



Edição Especial - 25 de junho | 2026

POR UM RIO GRANDE DECENTE

MANIFESTO DAS PASTORAIS SOCIAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES POPULARES

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul reconhece a importância dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil na construção da cidadania e da democracia. A própria Constituição é fruto de muitas mobilizações e lutas populares e continua sendo uma referência para a construção de um Estado democrático, sustentável e solidário.

O Papa Francisco nos recorda que os movimentos populares são “poetas sociais” e “semeadores de esperança e de mudanças”. E alerta que existem “demasiados interesses particulares em jogo” e que, muitas vezes, os interesses econômicos prevalecem sobre o bem comum. Por isso, qualquer tentativa de transformação social costuma ser tratada como um obstáculo ou como sonho de “românticos”. Inspirados por esse chamado, queremos refletir sobre a realidade do nosso Estado e reafirmar caminhos de esperança para o povo gaúcho.

QUE PAMPA É ESSA?

Gostamos de falar do nosso Estado como um lugar “onde tudo o que se planta cresce e o que mais floresce é o amor”. Temos orgulho de nossas tradições, de nossa cultura e da riqueza dos nossos territórios.

Mas precisamos também reconhecer as contradições que marcam nossa história e nosso presente. Nossa geração recebe heranças feitas de desigualdade, concentração de riquezas, destruição ambiental, violência e negação de direitos.

Por isso, sentimo-nos chamados a olhar a realidade com honestidade e coragem. Não queremos apenas lamentar os problemas do presente, mas também cultivar esperança, fortalecer a organização popular e ajudar a construir um Rio Grande do Sul onde a vida esteja acima dos privilégios e dos interesses de poucos.



UM CENÁRIO TRISTE E PREOCUPANTE

Olhando o Rio Grande do Sul a partir das periferias, dos territórios populares e da defesa dos direitos humanos e sociais, constatamos que os desafios que hoje enfrentamos não são fatos isolados. Eles expressam um modelo de desenvolvimento que concentra riquezas, amplia desigualdades, fragiliza direitos, mercantiliza a vida e enfraquece os espaços de participação democrática. Por isso, precisam ser enfrentados de forma integrada, colocando a dignidade humana, o bem comum e a justiça socioambiental no centro das políticas públicas. Nesse contexto, chamamos atenção para:

- O avanço do autoritarismo, a fragilização das instituições democráticas e a limitação da participação popular;
- O aumento do feminicídio, da intolerância e das diversas formas de violência, especialmente contra as mulheres, crianças e adolescentes;
- A disseminação da mentira e da manipulação das informações como instrumento de dominação e desmobilização social;
- A emergência climática e seus impactos sobre as populações mais vulneráveis, agravada por um modelo econômico predatório, pela especulação imobiliária e pela flexibilização da legislação ambiental;
- A atuação de setores políticos que legislam contra os direitos da população trabalhadora e em favor da manutenção de privilégios;
- A desmobilização popular provocada pelas jornadas exaustivas de trabalho, pela uberização, pela pejotização e pelo descrédito na política;
- O empobrecimento das famílias trabalhadoras e o crescimento do endividamento das populações mais vulneráveis;

- O avanço da criminalidade organizada e do tráfico em diferentes esferas da vida social;
- A proliferação de discursos que defendem a diminuição do papel do Estado e transferem aos indivíduos todas as responsabilidades sociais.

O RIO GRANDE SONHADO PELOS CONSTITUINTES

A Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul projetou um Estado muito diferente desse que temos hoje. A Constituição afirma que a soberania popular, a cidadania, a igualdade e a participação democrática devem orientar a ação do Estado. As atuais lutas e bandeiras dos movimentos sociais, pastorais e organizações populares têm raízes na própria Constituição do Estado.

Economia e Trabalho

A Constituição afirma que a economia deve promover o bem-estar da pessoa humana, valorizar o trabalho, democratizar o acesso aos meios de produção, combater a fome, a miséria e a economia predatória, proteger a natureza, resguardar os territórios indígenas, promover a segurança alimentar e apoiar formas cooperativas e solidárias de organização econômica (cf. Art. 157-160).

Cidade e Moradia

A Constituição afirma que a propriedade deve cumprir sua função social e defende a inclusão das populações das periferias, a integração das favelas à cidade, o combate à especulação imobiliária e políticas habitacionais voltadas especialmente às famílias de menor renda (cf. Art. 160).

Terra e Agricultura

A Constituição apoia a reforma agrária, o acesso à terra, a agricultura familiar, o

cooperativismo, a assistência técnica e a permanência das famílias e das juventudes no campo (cf. Art. 180-188).

Direitos Sociais e Proteção Social

O Estado é reconhecido como o principal responsável pela garantia dos direitos sociais. Saúde, educação, alimentação, cultura, lazer, habitação, assistência social e proteção às mulheres vítimas de violência são compromissos assumidos pela Constituição estadual (cf. Art. 189-195).

Saúde e Saneamento

A Constituição fortalece a participação popular na gestão da saúde, reafirma o compromisso com o SUS e estabelece a universalização do saneamento básico como responsabilidade pública (cf. Art. 241-244).

Meio Ambiente

A Constituição declara que o meio ambiente é um bem comum. Também determina a proteção das águas, dos biomas e dos territórios, a realização de estudos de impacto ambiental, a educação ambiental e a responsabilidade do Estado e da sociedade na preservação da vida para as presentes e futuras gerações (cf. Art. 250-254).

Crianças, Juventudes e Pessoas Idosas

A Constituição prevê políticas específicas de proteção, inclusão e promoção da dignidade humana para crianças, adolescentes, juventudes, pessoas idosas e demais grupos em situação de vulnerabilidade (cf. Art. 260-263).

Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

A Constituição reconhece direitos dos povos indígenas, sua cultura, seus territórios e sua organização social. Entretanto, a ausência

de referência explícita aos quilombolas e a outras comunidades tradicionais revela desafios que ainda precisam ser enfrentados na construção de um Rio Grande verdadeiramente inclusivo e democrático, entre eles a efetivação da proteção dos territórios, do direito à consulta prévia, livre e informada e do respeito aos modos de vida tradicionais. (cf. Art. 264-265).

POR UM RIO GRANDE DECENTE!

Ao recordar estes princípios constitucionais, reafirmamos que as bandeiras defendidas pelos movimentos sociais, pastorais e organizações populares não são reivindicações isoladas nem interesses particulares. Elas expressam compromissos assumidos pelo próprio Estado gaúcho, e permanecem como horizonte para a construção de uma sociedade justa, democrática e solidária.

Lutamos por um Rio Grande Decente, porque decente não é apenas quem respeita o decoro. Decente é quem respeita a dignidade humana e os direitos das pessoas. Um Estado decente é um Estado comprometido com o bem comum, com o bem de todos os cidadãos. Por isso lutamos por um Rio Grande do Sul:

- Que proteja a vida e a dignidade das mulheres, adolescentes e crianças;
- Que enfrente o feminicídio e todas as formas de violência;
- Que coloque a justiça socioambiental e climática no centro das políticas públicas;
- Que proteja os biomas, as águas e os territórios;
- Que garanta moradia digna, saneamento básico e direito à cidade;
- Que fortaleça o SUS, a assistência social, a educação pública e a cultura;
- Que promova trabalho digno, renda,

